

HELENA CHAGAS



de Brasília

Feliz 2002

• O presidente Fernando Henrique precisa tomar cuidado para não ir dormir em 1998 e acordar em 2002, tal a velocidade de seus aliados. Depois de dez dias de retiro na Marambaia, ele inaugura hoje o ano político com uma missão espinhosa: fazer valer o seu calendário deste ano. No momento, isso quer dizer jogar água fria na disputa pelo comando da campanha à reeleição e empurrar para junho, ou pelo menos abril, o debate eleitoral.

De quebra, o presidente terá que fazer funcionar, a todo custo, a convocação extraordinária do Congresso que começa amanhã. Será uma queda-de-braço e tanto, maior contra os caciques de sua própria base política do que com a oposição. Já ficou claro que o principal problema de Fernando Henrique, neste início de ano eleitoral, é que o tempo não corre para ele da mesma forma que para boa parte dos aliados e para a oposição.

Não interessa agora ao presidente, por exemplo, a discussão que vicejou nas últimas semanas como uma espécie de flor do recesso — aquele fenômeno cíclico que faz brotar do vazio político assuntos que acabam murchando quando a vida volta ao normal. Cultivadas pelos presidentes e líderes de partido, as articulações para colocar Paulo Maluf, Antônio Carlos Magalhães, Sérgio Motta, Jader Barbalho e outros no alto comando da campanha podem ensejar troca de farpas, ferir a uns e a outros e atrapalhar bastante.

Ninguém em juízo perfeito imagina que esses personagens, sentados ao redor de uma mesa, vão discutir juntos, como correligionários, as decisões da campanha. Mas ninguém com um mínimo de bom senso ousaria, tampouco, pensar que esses políticos, cujos partidos formam a coligação de Fernando Henrique, não irão influir em seus rumos. A tendência, segundo um interlocutor do presidente, é que se reflita a dinâmica que funciona hoje no Governo. Na estrutura formal, haverá um conselho político suprapartidário para tratar da linha geral da campanha, mas as decisões operacionais serão tomadas por uma coordenação executiva — para a qual o nome do ministro Sérgio Motta continua forte candidato — em conjunto com o mesmo grupo de marqueteiros que trabalhou na campanha de 1994.

Quem tem hoje influência política no Governo, terá na campanha, independentemente de função. Quem não tem, não dá palpite. Quando ACM, por exemplo, telefonar a Fernando Henrique para sugerir esta ou aquela estratégia, evidentemente será ouvido. Mas as decisões, como sempre, serão do presidente-candidato e seus executivos.

Se a questão é assim tão clara, por que então PFL, PSDB, PMDB e PPB insistem em garantir posição desde já, precipitando o debate eleitoral? Aí entra a divergência de calendário. Fernando Henrique, como presidente, tem garantido

seu espaço na mídia, suas viagens e, diferentemente dos adversários, não precisa se fazer conhecer pelo eleitor. Por isso, não quer entrar tão cedo na chuva. Junho, para ele, seria o mês ideal para assumir ostensivamente a candidatura. Realisticamente, pretende resistir até abril, data da desincompatibilização de candidatos e da reforma ministerial.

Mas os aliados do presidente também precisam se eleger e fazer as maiores bancadas possíveis. E, quanto mais cedo conseguirem identificar seus partidos e candidaturas com a de FH (até agora ainda a mais forte), melhor. Para os políticos, espaço na campanha de 1998 é poder — que denuncia poder e espaço num segundo Governo Fernando Henrique Cardoso.

Será fundamental, portanto, para o presidente, fazer Câmara e Senado trabalharem a todo vapor na convocação extraordinária. Afinal, enquanto estão ocupados votando as reformas administrativa e da Previdência, principais pontos da pauta, os políticos estão colaborando com a estabilidade econômica e adiando a campanha eleitoral. Resta saber se, depois de três semanas de recesso, deputados e senadores voltam com a mesma disposição para votar. Os especialistas em Congresso — os chamados "congressólogos" — costumam dizer que nada como alguns dias ouvindo os clamores das bases, ainda mais em ano eleitoral, para virar a cabeça de um deputado.

Mas o maior obstáculo do presidente Fernando Henrique para cumprir o seu calendário e chegar em segurança ao dia 4 de outubro é mesmo aquela visão de longo alcance, aquele projeto de poder que os políticos têm e que antecipa em meses e até em anos suas disputas. Conhecido por verbalizar o que seus companheiros de partido pensam mas não falam, o líder do PFL na Câmara, Inocêncio de Oliveira, anda avisando a aliados e adversários que seu partido fará a maior bancada no Congresso, vai querer as presidências da Câmara e do Senado e pleiteará espaço correspondente no segundo Governo FH. Tudo isso com uma meta, repete o mesmo Inocêncio: fazer de um pefelista sucessor de Fernando Henrique em 2002.

É aí que mora o perigo. Sabe-se que a partir de 5 de outubro, se não houver segundo turno, será cada um por si e Deus por todos. Mas quem ficar pensando muito em 2002 pode não chegar a outubro de 1998.